



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Acta n.º 283** -----

----- Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: *"Apreciação e votação das actas n.ºs 281 e 282, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA"*;

----- Ponto dois: *"Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA"*;

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"*;

----- Ponto dois: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2012, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA"*;

----- Ponto três: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para emissão de declaração de reconhecimento de relevante interesse público municipal das instalações existentes – recinto desportivo, balneários e muros de vedação – do Académico de Avelãs de Cima, nos termos conjugados das alíneas q) e r) do n.º 1, com a alínea b) do n.º 3, ambos do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com vista à instrução de procedimento relativo a acção de relevante interesse público"*;

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e quarenta minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais do indicado Grupo Municipal (GM):-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
 - • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
 - • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador.-----
 - • Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira – PPD/PSD – Vereadora;-----
 - • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
 - • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de trinta de Setembro, de imediato, e antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário dos pedidos de substituição apresentados pelo Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo e Carlos Manuel Cruzeiro de Oliveira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, em virtude de não lhe ser possível comparecer à sessão. Informou, ainda, que para substituir os Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo e Carlos Manuel Cruzeiro de Oliveira, tinham sido convocados os dois membros da lista concorrente às últimas eleições autárquicas pelo mesmo partido, os senhores Armando Henriques Pereira (cuja identificação tinha sido feita por conhecimento pessoal) e Nuno André de Sousa Ferreira (cuja identificação foi feita pelo Bilhete de Identidade).-----
- Informou, ainda, que a Mesa tinha também recebido um pedido de substituição da parte de Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, solicitando, igualmente, a sua substituição por Isabel Cristina da Silva Gonçalves (cidadã imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista às últimas eleições e cujo conhecimento foi feito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de já ter estado presente em anteriores sessões).-----
- Seguidamente, deu entrada ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: "*Apreciação e votação das actas números duzentos e oitenta e um e duzentos e oitenta e dois, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º do RAMA*".-----
- Nesse âmbito, deu início ao período de discussão da acta número duzentos e oitenta e um, da sessão ordinária de trinta de Abril de dois mil e onze. Não tendo havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão daquela acta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, à sua votação, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com um voto contra do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, votos a favor, três abstenções, dos Senhores Deputados Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, e Armando Henriques Pereira e Nuno André de Sousa Ferreira, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, por não estarem presentes na sessão a que a acta dizia respeito, e vinte e nove votos a favor, dos restantes Senhores Deputados, tendo, no entanto, faltado à votação os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Isabel Cristina da Silva Gonçalves e André Miguel Matos Beja Henriques, e do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Deputado César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, também Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho.-----
- Decorrida a votação da acta número duzentos e oitenta e um, o Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da acta número duzentos e oitenta e dois, da sessão ordinária de trinta de Junho de dois mil e onze. Não tendo igualmente havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão daquela acta, submeteu a mesma a votação, finda a qual anunciou que a sobredita acta tinha sido aprovada por maioria, com três abstenções, dos Senhores Deputados Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e António Manuel Pereira Duarte e Nuno André de Sousa Ferreira, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, e os votos a favor dos restantes Senhores Deputados.-----

----- Decorridas as votações respeitantes às actas números duzentos e oitenta e um e duzentos e oitenta e dois, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto desse período de antes da ordem do dia: "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA*".-----

----- Antes de conceder a palavra aos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a prestar alguns esclarecimentos. Começou por informar que se encontrava em distribuição a alteração aprovada na sessão ordinária de dezoito de Junho de dois mil e dez do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, para que todos os Senhores Deputados pudessem ter um exemplar dessa revisão, agradecendo que qualquer lapso detectado, fosse comunicado aos serviços da Assembleia Municipal.-----

----- Informou, também, que tinha sido distribuído a todos os Senhores Deputados a documentação que tinha sido solicitada aos vários grupos ou indivíduos relativamente às pessoas que tinham sido eleitas pela Assembleia Municipal para desempenharem, em seu nome, cargos em diversos locais. Acrescentou, ainda, que os documentos tinham sido distribuídos para conhecimento dos Senhores Deputados, pelo que poderiam ser objecto de algum comentário naquele período de antes da ordem do dia em que se encontravam.-----

----- Deu, ainda, a conhecer que tinha sido remetido a todos os Senhores Deputados um documento do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública, respeitante a uma petição contra a redução do número de Autarquias e de trabalhadores, petição essa que adiantou ter sido dirigida à Assembleia Municipal e que iria ser colocada na mesa onde se encontrava o livro de presenças para quem entendesse por bem assiná-la.-----

----- Seguidamente, e para uma primeira intervenção no âmbito do período de intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, disse pretender abordar um assunto simpático para a região da Bairrada. Nesse sentido, regozijou-se, e disse pensar que todos os presentes partilhariam do seu sentimento, com a honra que foi para a Região da Bairrada ter sido eleita como uma das maravilhas gastronómicas do País. Considerou uma honra a homenagem feita a um produto cultural da região, muito específico, que foi criado e desenvolvido pelos antepassados, e actualmente mantido também por empresários da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

restauração, trabalhadores, assadores, etc., os especialistas dessa arte, e reconhecido em todo o país como um produto de eleição.-----

----- Disse, portanto, pretender felicitar os antepassados e os que presentemente trabalham nessa indústria que a todos tanto honra, e também deixar uma palavra em particular para o Senhor Vereador Jorge Sampaio que foi aquele que deu a cara, pedindo-lhe, a terminar, para estender esses seus cumprimentos a todos os colaboradores da Rota da Bairrada e das outras organizações que trabalharam pela região da Bairrada. Finalizou, apresentando o seu agradecimento.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado Municipal, referindo-se ao primeiro ponto, da questão dos representantes da Assembleia Municipal nas várias entidades, declarou que o CDS lamentava que só agora, depois de instados pela Mesa da Assembleia Municipal, tenham vindo os respectivos elementos manifestar as actividades ou as funções que exerceram e as diversas reuniões que tiveram. Disse mesmo, que mais grave se torna, ainda, quando muitos deles nem sequer tiveram qualquer tipo de actividade. Reforçou, portanto, o facto de serem elementos que representam a Assembleia, há já dois anos que dela fazem parte, e só agora, porque foram interpelados pela Mesa, vieram demonstrar a actividade que exerceram ao longo deste período.-----

----- Quanto ao segundo ponto, deu a conhecer que a posição do CDS-PP de Anadia era de não assinar a respectiva petição, atendendo a todo o processo que estava em marcha, com os compromissos assumidos com a *Troika*. Nessa conformidade, declarou que o CDS assume a posição de que tem de haver responsabilização dos órgãos que actualmente governam o país, começando, nomeadamente, por tomar medidas que possam tornar o futuro mais risonho para as gerações seguintes. Referiu, ainda, a terminar, que ninguém estava a falar em despedir funcionários públicos, porquanto podem ser mobilizados, mas efectivamente em reestruturação da Administração Pública e, nesse ponto, considerou que todos deveriam estar solidários porque efectivamente é preciso tomar medidas para que Portugal possa sair da situação de crise em que se encontra.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- Cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado começou por recordar a recente entrevista que o Senhor Presidente da Câmara Municipal recentemente tinha dado aos órgãos da comunicação social sobre o Centro de Alto Rendimento, o Velódromo. Recordou, assim, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que o Velódromo vinha tendo uma ocupação a setenta e cinco por cento de actividade, e que tinha dito, também, que aquela infra-estrutura tinha de ser modificada, chegando, mesmo ao ponto de ter apontado para uma



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parceria público-privada. Atendendo a essas afirmações, e uma vez que foram firmados vários protocolos com as Federações que lá praticam várias modalidades e estagiam no mesmo Velódromo, e considerando, igualmente, tratar-se de uma obra feita com fundos comunitários, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para o esclarecer se seria possível fazer essa parceria público-privada, adiantando, desde logo, que pensava não ser possível no momento actual.-----

----- A terminar, disse que também gostaria que o Senhor Presidente o esclarecesse sobre quais os prejuízos que até àquela data o Velódromo tem dado ao Município, porque estavam numa altura de recessão económica e era preciso saber poupar. E pediu, também, para informar a Assembleia sobre se a Câmara Municipal já tinha recebido todos os fundos do Governo, ou não.-

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, José Cerveira Lagoa.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado Municipal declarou que iria assinar a petição por considerar preocupante a situação das Freguesias e também dos Municípios. Disse, ainda, que iria assinar porque até àquele momento, e tinha assistido a todas as reuniões da ANFRE, para as quais vinha sendo convocado, não se sabia a forma como se estavam a processar as tais imposições da *Troika*, nem se sabia bem quais eram essas imposições.-----

----- Continuando, o Senhor Deputado, e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, afirmou que estava no país para o defender e para entender o que se estava a passar. Assim perguntou se não seria necessário fazer primeiro uma reforma administrativa capaz de se entenderem. E aproveitou para referir que se falava em cinco mil eleitores, depois mil e quinhentos, depois mil, depois quinhentos, e, portanto, revelou ter muita dúvida dessas situações feitas em Lisboa por políticos que não conhecem as realidades das pessoas, do povo, que não sabem como funciona uma Junta de Freguesia rural. Isso porque, como acrescentou, infelizmente a ANAFRE também era dirigida normalmente, e estava a ser dirigida, por Presidentes de Juntas das grandes cidades, Presidentes de Juntas urbanas, de Lisboa e do Porto, como ele próprio, e quem com ele tinha estado na última reunião em Aveiro (que de Anadia eram apenas quatro), puderam ver o que se lá passava.-----

----- Por isso, declarou que iria subscrever e estaria sempre numa luta, porque existem situações de Juntas de Freguesia de duzentos eleitores que já estão a quarenta quilómetros da sede do concelho e porque lhe parecia ser possível não extinguir qualquer freguesia. Adiantou, entretanto, que se querem poupar num país em que actualmente se fala tanto em agrupamentos, porque não se agrupam freguesias, porque não se faz um órgão intermédio, atribuindo-lhe o nome que quiserem, porque não se possa evoluir para uma situação em que se vote para esse órgão e se faça uma gestão para várias freguesias.-----

----- Em conclusão, revelou que o seu medo, ou a sua preocupação era que tudo fosse



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decretado na secretária e, por isso, demonstrou-se contrário a essa leviandade e, por isso, adiantou que iria assinar a petição.-----

----- Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por tecer um comentário à intervenção do Senhor Deputado Cardos Leal, do Grupo Municipal do PS. Nesse sentido, e depois de o Senhor Deputado se ter regozijado com o bem acrescido para o concelho e, naturalmente, no caso, para a região, recordou ter-se tratado de uma candidatura que agrupou todos os produtores de leitão assado à Bairrada e, portanto, disse não concordar com o elogio dirigido ao seu Vereador, porquanto o Vereador nada tem que ver com o leitão assado à Bairrada, para além de que o leitão suplanta e de que maneira extraordinária o seu Vereador. No entanto, e como se tratava de um adversário do Senhor Deputado Cardoso Leal em termos políticos, comentou que ficava bem ao Senhor Deputado dizê-lo, mas reforçou o seu desacordo para com o Senhor Deputado.-----

----- Falando ainda sobre o leitão, considerou que esse, sim, era a grande força e sublinhou que o prémio que lhe tinha sido atribuído deveria orgulhar todos os bairradinos, porque o leitão é realmente algo extraordinária e mereceu, de uma forma convincente, esse prémio. Todavia, ressaltou que não esquecendo a actividade, o empenho, das entidades que colaboraram para que esse prémio fosse possível.-----

----- A concluir o seu comentário à questão abordada na intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, reconheceu que também ele se regozijava por esse grande prémio, por se tratar de uma fileira económica que dá trabalho a muita gente na região, e porque todos iriam claramente sair beneficiados daquela decisão. Assim, considerou que todos estavam de parabéns: a Região da Bairrada, o concelho de Anadia e também o Senhor Vereador.-----

----- Entretanto, disse não ter que comentar a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, por se tratar de uma decisão que pertencia ao Senhor Deputado e que respeitava na totalidade.-----

----- Passando a responder à intervenção formalizada pelo Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se declarar estupefacto quando viu num jornal local um título que dizia "Centro de Alto Rendimento de Sangalhos em risco". De imediato, e dirigindo-se ao Senhor Deputado João Morais, esclareceu que o Centro de Alto Rendimento de Sangalhos não se encontra em risco. Esclareceu, também, que a Câmara Municipal é auto-suficiente e que os compromissos assumidos pelo anterior Governo estavam a começar a ser cumpridos. Adiantou, inclusivamente, que tinha recebido, naquele semana, ordem para inscrever nas finanças da Autarquia, metade da dívida que estava assumida à partida através de protocolo, reformulado, era certo, mas sem prejuízo do Centro de Alto Rendimento de Sangalhos e, mormente, da Câmara Municipal.-----

----- Quanto às parcerias público-privadas, disse ao Senhor Deputado para esquecer, porque se



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o estava a desafiar para as fazer, estaria com certeza a criar-lhe uma armadilha. Lembrou, também, que a Câmara nunca tinha feito qualquer parceria desse género e afirmou que o Presidente da Câmara também não fez nem fará.-----

----- Relativamente à questão dos prejuízos ou lucros, disse que o Senhor Deputado é que classificava de prejuízos, porque para ele, Presidente da Câmara, tudo o que fosse despesas em prol da cultura, do desporto, era tudo lucro. E acrescentou, em jeito de comentário, não estar a ver uma colectividade simples, de aldeia, ter lucro com a sua actividade, quando suporta uma pequena equipa de futebol.-----

----- Esclareceu, também, o Senhor Deputado que setenta e cinco por cento da ocupação do Centro de Alto Rendimento de Sangalhos é garantida por duas Federações, a de Ciclismo e a de Ginástica. Aproveitou para informar o Senhor Deputado que sempre que tivesse alguma dúvida, poderia apresentá-la por escrito à Câmara Municipal, não precisando, assim, de solicitar a obrigatoriedade da Câmara através de Assembleia Municipal, porque a Câmara Municipal está receptiva, através de uma simples ofício, a dar-lhe a conhecer as contas do Centro de Alto Rendimento, daquilo que vive, daquilo que recebe. Não obstante, adiantou que o Centro de Alto Rendimento não corria qualquer risco em termos de sustentabilidade, porque a Câmara Municipal de Anadia, no aspecto das sustentabilidades e dos financiamentos está muito distante daquilo que é o país actualmente.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Municipal José Cerveira Lagoa, e a exemplo do que tinha acontecido para o Senhor Dr. João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu o que o Senhor Deputado era o contrário, tinha dito que iria assinar. Mas, fez comentários. E, nessa medida, passou a transmitir à Assembleia Municipal o que pensava sobre a matéria.-----

----- Começou por dar a conhecer que tinha sido convidado para o programa "Prós e Contras" da segunda-feira seguinte, mas tinha declinado o convite por ter imposto condições que não foram aceites. Referia-se ao facto de pretender ser convidado para ficar na bancada da terceira ou quarta fila e, assim, serem permitidos uns minutos de intervenção ao Presidente da Câmara Municipal de Anadia, não aceitando a condição de figura decorativa (só para contar para as presenças de Presidentes de Câmara). E, por isso, disse louvar a atitude do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, José Lagoa, porque, como ele, não admite que ninguém responda por ele, principalmente quando se trata de um assunto que é discutido por pessoas que nem sequer estão no terreno.-----

----- Entretanto, disse que iria apontar três ou quatro situações bastante simples, que provavelmente iriam ao encontro daquilo que o Senhor Deputado José Cerveira Lagoa tinha dito.-----

----- Referindo-se em particular à freguesia de Óis do Bairro, perguntou se seria possível que uma freguesia como a de Óis do Bairro, a exemplos de outras, com a organização que tem, desse prejuízo tal que contribua para o buraco do país. E concluiu ser essa questão que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pretendia ver explicada no programa "Prós e Contras", para além de outras, se tivessem permitido a sua intervenção, ainda que mínima.-----

----- Perguntou, ainda, se seria possível que todos os Senhores Deputados desconhecêssem que os Presidentes de Junta eram pagos, mas que se fossem só a facturar o gásóleo que gastam ao serviço da sua Junta, teriam de ser ressarcidos em muito dinheiro. Apesar de reconhecer que a sua mensagem poderia desagradar alguns, disse que teria de a deixar, por considerar uma vergonha, por exemplo, que quem manda no país ainda há pouco tempo tenha tirado o direito de voto em certas situações, mas não tirou a obrigação de gerir.-----

----- Continuando, passou a falar de algumas das medidas administrativas que eram propostas implementar nas Autarquias. Relativamente à Câmara Municipal de Anadia, referiu que eram apontados dois Vereadores, com um Executivo monopolítico, e que relativamente à Assembleia Municipal, onde actualmente cada um exprime as suas ideias, desconhecia o seu modelo por ainda não estar expresso. Rematou, entretanto, que apesar de haver muitas propostas, há uma só realidade e, com todo o respeito que disse ter por quem propunha, declarou que localmente não poderiam concordar.-----

----- Assim, reforçou o facto de se tratar de uma situação vergonhosa e adiantou que o Presidente da Câmara falará bem alto, sempre, e será o primeiro a estar na linha da frente para defender todas as freguesias do concelho. No entanto, não deixou de ressaltar que também poderia concordar com a criação de um agrupamento de freguesias, que não as destruísse, e se efectivamente chegasse à conclusão que realmente poderia dar alguma eficiência. Ainda assim, disse que tal teria de ser provado, rematando que nada estava provado. E, para tal, deu um exemplo concreto, perguntando qual seria o critério para eleger o Presidente da Freguesia que agruparia Óis do Bairro, Tamengos, Aguilim, e se os Senhores Deputados achavam que aquela divisão e aquela luta de bairrismo seria funcional.-----

----- Referiu, ainda, que a Câmara de Anadia tem algo de diferente em relação ao país, não tem buracos, tem tudo sob controlo, tem obras sem conta que vão avançar com dinheiro garantido. A propósito, adiantou que iria em breve submeter à Assembleia Municipal autorização para um empréstimo do BEI, que tinha acabado de receber a comunicação de que tinha sido aprovado, não para gastar à *lá garder*, mas antes para ter capacidade para dar resposta às obras que se encontram candidatas e que também são comparticipadas por Fundos Europeus. Antecipou, ainda, que o BEI iria emprestar à Câmara de Anadia a três por cento.-----

----- Assim, disse ser por tudo isso que a Câmara Municipal de Anadia era diferente e, como tal, aconselhava o Governo a estagiar em Anadia uns tempos para ver como a Câmara fazia.-----

----- Entretanto, declarou-se solidário com o Senhor José Lagoa, e naturalmente com todos os Presidentes de Junta, que muitos deles nem vão ser Presidentes no futuro. Disse, também, não acreditar que freguesias como a Moita, Amoreira da Gândara, Avelãs de Cima, Aguilim, entre outras, venham ganhar pela ausência de um corpo administrativo da forma como é pago.-----

----- Mencionando que uma aprovação de um projecto é mais morosa do que a realização da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obra, aproveitou para referir ser imperativo pôr o país a trabalhar, porque não se revê num país de interesses. E, nessa conformidade, disse que estaria sempre disponível para colaborar com qualquer um dos Senhores Deputados, independentemente da política que professam, sendo para bem do concelho.-----

----- Ainda sobre a proposta para redução do número de freguesias, o Senhor Presidente da Câmara Municipal constatou que de acordo com os dados que constavam da mesma, o concelho de Anadia deixaria de ter freguesias, o que não considera possível acontecer por estarem envolvidas pessoas que devem, acima de tudo, ser respeitadas. Por isso, e a concluir, reforçou a declaração de solidariedade para com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguim.-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Arménio Cerca do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas.-----

----- Uma vez cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado disse que iria usar da palavra também para se associar à vontade expressa pelo colega Presidente de Junta de Aguim, José Lagoa, no sentido de assinar a petição que se encontrava na mesa para quem entendesse assinar.-----

----- Depois, disse pretender também registar um lamento, da mesma forma que o Senhor Deputado Tiago Castelo Branco tinha deixado, criticando de uma forma fácil todos os elementos da Assembleia Municipal que integram comissões, e lamentando só quando a Mesa da Assembleia pediu, entregaram relatórios. A esse respeito, e relativamente à Comissão a que pertence, que é o Conselho Municipal de Educação, esclareceu o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que o Senhor Presidente da Câmara era quem presidia a todas essas reuniões. Portanto, lamentou que efectivamente estando presente, na maior parte, ou em todas as Assembleias Municipais, e sendo o Senhor Presidente da Câmara a pessoa que presidia a esse Conselho Municipal, não o tenha interpelado no sentido de saber o que se passava nesse Conselho Municipal. Lamentou, a finalizar, que o Senhor Deputado tenha vindo lamentar, de uma forma fácil, o facto de só agora todos os elementos da Assembleia Municipal que foram eleitos apresentarem o seu relatório.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, Arménio Cerca, e não havendo mais pedidos de intervenção para aquele período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que relativamente às questões que tinham sido levantadas acerca dos documentos produzidos pelas diversas comissões, competia à Mesa da Assembleia solicitá-los, não aos Senhores Deputados ou a pessoas eleitas prestar esses esclarecimentos.-----

----- Aproveitou a oportunidade para agradecer, em reforço ao que já tinha feito por escrito, a todos os elementos pertencentes a essas comissões, a prontidão com que na realidade deram resposta àquilo que lhes tinha sido solicitado e para dizer, também, que lamentava que alguns dos órgãos não convoquem as pessoas eleitas para que elas possam ter relatórios diferentes



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos que foram produzidos. De qualquer modo, deixou o agradecimento público a todas as pessoas que retiraram algum do seu tempo para produzir os relatórios que tinham sido distribuídos aos Senhores Deputados.-----

----- Feitas as necessárias considerações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, passando, de imediato, ao período da ordem do dia.-----

----- Iniciado o período da ordem do dia, e depois de ler os três pontos que da mesma faziam parte, passou a apresentar o primeiro ponto: *“Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”*.-----

----- Apresentado o primeiro ponto, deu a conhecer ao Plenário de que naquele momento se encontravam presentes todos os Senhores Deputados Municipais, à excepção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho.-----

----- Prontamente, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que procedesse à introdução daquele primeiro ponto da ordem do dia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse considerar que o documento de suporte daquele primeiro ponto, e que tinha sido distribuído aos Senhores Deputados, era exaustivo e esclarecedor. No entanto, não deixou de referir, também, que relativamente a algo que pudesse eventualmente estar em falta e que os Senhores Deputados entendessem ser objecto de alguma crítica, o melhor, e assim sendo entendimento do senhor Presidente da Assembleia Municipal, seria dar a palavra aos Senhores Deputados.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado disse que gostaria de obter alguns esclarecimentos da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca das informações prestadas no documento em apreciação, nomeadamente no que à obra da Requalificação urbana da Curia dizia respeito.-----

----- Assim, constatou que aparecia no documento a obra *“Requalificação urbana e acessibilidades integradas na Curia”* em fase de preparação, quando a obra que foi consignada acerca de um mês, e, do que se percebia, e de acordo com o determinado na lei, a consignação marca no dia imediato o início da obra. Para dizer, que lhe fazia alguma confusão um mês depois ainda não haver estaleiro montado nem obra iniciada e, por tal facto, gostaria de obter alguma explicação da parte do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Referiu, ainda, que para além disso, no dia em que tinha sido feita a apresentação, e do que tinha lido, estava prevista no processo a videovigilância de alguns elementos. Sobre a questão, disse não saber se a Câmara se terá precavido e se terá tido o cuidado de pedir o parecer à Comissão Nacional de Protecção de Dados, na medida em que se trata de um



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo extremamente complicado e demasiado exigente, para permitir colher imagem em público, que pode vir a criar problemas se não estiver já a decorrer. Acrescentou que só estava a chamar a atenção porque tinha tido um processo desses e tinha sido muito complicado e muito moroso, pelas imensas dificuldades que o Ministério da Administração Interna tinha tido em conseguir que a Associação Nacional de Protecção de Dados emitisse parecer favorável. Nessa conformidade, disse estar a alertar para aquela questão, porque se a Câmara Municipal estava a pensar colocar câmaras a filmar em espaço público, era necessário precaver o processo, para evitar que o empreiteiro, depois, venha exigir indemnizações. E reforçou que a não ter sido ainda iniciado o processo, não o conseguirão organizar em tempo.-----

----- Outra questão que disse não ver referenciada no documento, era o problema das negociações da Parque Escolar. Assim, e uma vez que a Assembleia Municipal tinha autorizado o Senhor Presidente da Câmara Municipal a fazer negociações, disse que queria apenas que o Senhor Presidente da Câmara Municipal desse a conhecer como estavam a decorrer as negociações, porque no documento nada aparecia sobre isso.-----

----- Seguidamente à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Apresentados os cumprimentos aos presentes, o Senhor Deputado, relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse concordar no essencial com o que tinha dito, nomeadamente quanto à questão de se cortar, de forma quase cega, os Vereadores, as Juntas de Freguesia, que ouvem falar mas que nada ainda sabem em concreto, porque cada realidade é uma realidade.-----

----- No entanto, revelou ficar depois um pouco admirado com a intervenção entusiasmada do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o leitão. E, nessa medida, referiu que a sua admiração residia no facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal falar como se o Município estivesse a nadar em dinheiro. Reconheceu fazer-lhe confusão o discurso do Senhor Presidente de que o Município tem sempre dinheiro para tudo, é auto sustentável para tudo, todo aquele entusiasmo de obras, novos projecto, quando depois esse entusiasmo não é acompanhado da manutenção dos projectos das infra-estruturas existentes. E disse falar assim, por ser um utilizador das infra-estruturas do concelho, nomeadamente das Piscinas, do Cineteatro, entre várias outras, e verificar os balneários das piscinas de Anadia que há meses têm condições que podiam ser muito melhoradas, como vidros partidos ou estalados, e o Cineteatro, que foi inaugurado há tão pouco tempo, e há meses e meses atrás tinha bolhas à entrada do pavimento e quando há quinze dias lá tinha ido, estava cheio de fita adesiva no chão, algo feio e perigoso.-----

----- Por tudo isso, declarou que lhe fazia impressão aquele discurso incoerente de novas obras, novos projectos, financiamento que não falta para Anadia, mas depois não havia uma preocupação, do seu ponto de vista, e falava com conhecimento de causa, com a manutenção



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das infra-estruturas existentes. E a concluir, disse que se os próximos tempos seriam difíceis, com problemas de dinheiro, e com problemas do custo do dinheiro, seria importante também concentrar toda essa energia e esse entusiasmo em manter as infra-estruturas existentes em boas condições.-----

----- Concluídas as duas intervenções dos Senhores Deputados Municipais, Sidónio Simões e André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- Começando por responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente a alguma preocupação manifestada na intervenção do Senhor Deputado, esclareceu que a empreitada designada por Requalificação Urbana e Acessibilidades Integradas na Curia obedecia a todas as regras definidas.-----

----- Sobre a questão da videovigilância, referiu que a mesma terá de ser equacionada quando se encontrar em funcionamento, até porque estava tudo programado na obra, mas depois a sua autorização de funcionamento, como saberia, dependeria das entidades ligadas aos respectivos sectores. Aproveitou, assim, para informar que a Câmara Municipal continua a ter permanentemente o acompanhamento em reuniões diversas com as entidades envolvidas naquelas obras e para aquilo que efectivamente os seus pareceres podem vir a ser necessários.-

----- Entretanto, também esclareceu que nada tinha ainda sido feito, porque a Câmara Municipal não queria, e de acordo com o sentimento generalizado daqueles que operam na zona da Curia, começar em plena época alta. Portanto, reforçou tratar-se de um atraso acordado entre o dono da obra e as empresas que lá irão laborar, pelo que assegurou que tudo estava dentro da tramitação, dentro dos prazos, e nada tinha sido alterado relativamente ao que estava inicialmente acordado, em termos concursais, entre o dono da obra e o seu empreiteiro.-

----- Reconheceu alguma legitimidade na pergunta do Senhor Deputado, mas assegurou-lhe que tudo estava bem e que se algo viesse a acontecer, era evidente que a Câmara Municipal estaria atenta para tentar debelar essas situações. A concluir, disse pensar ter respondido, não de forma exaustiva porque a obra ainda não tinha sido iniciada, mas mostrou-se disponível para em futuras intervenções, ou eventualmente questionado na Assembleia, para vir a responder às questões que legitimamente, e em especial os técnicos que representam a Assembleia, têm razões para apresentar por saberem que isso faz parte, é componente das empreitadas, das obras que hoje se realizam a nível da legislação em vigor.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, começou por dizer que o seu discurso não era inflamado e não foi pelo leitão. Esclareceu que a Câmara Municipal de Anadia para todas as obras que mandou fazer teve de assinar um programa de sustentabilidade, e tem-no, porque de outra maneira não receberia os Fundos Comunitários.-----

----- Relativamente às situações que o Senhor Deputado falou nas Piscinas e no Cineteatro, esclareceu tratar-se de situações do dia-a-dia que a Câmara Municipal vai resolvendo, também,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no dia-a-dia. Acrescentou, entretanto, que o Cineteatro de Anadia ainda estava sob a tutela do empreiteiro e, portanto, a Câmara Municipal não podia substituir o empreiteiro e muito menos forçá-lo a corrigir as bolhas, estas teriam de ser debeladas pelo empreiteiro, a seu tempo, mediante notificação remetida pela Autarquia em conformidade com o que a legislação determina.-----

----- Continuando, referiu que a Câmara Municipal tem sustentabilidade e tem capacidade em termos de administração directa para resolver pontualmente, e dentro do tempo minimamente suficiente, as situações a que o Senhor Deputado se referia, no caso de serem da sua responsabilidade. E disse, ainda, que provavelmente o que tinha incomodado o Senhor Deputado, também o incomodava a ele, porque dava tristeza ao Presidente da Câmara ver uma obra nova com um problema e não poder mandar logo corrigi-lo, porquanto iria gastar o dinheiro da Câmara, quando quem deveria gastar esse dinheiro era aquele que se tinha responsabilizado, era aquele que tinha uma garantia bancária para o fazer, e que tinha prazos, até porque a Câmara Municipal não accionava a garantia de um dia para o outro.-----

----- Portanto, disse que era preciso saber quando se acusava, nomeadamente sobre sustentabilidade, porque nem tudo pode ser assacado à Câmara Municipal.-----

----- Não obstante, não deixou de reconhecer que não tinha conhecimento de tudo. Deu o exemplo da existência de um consumo extraordinário de água, que de vez em quando causa rupturas, mas adiantou que provavelmente a rede estará no fim da duração. Ainda assim, informou que a Câmara Municipal tem vindo a substituir pontualmente a rede, como em Grada, em Sangalhos, nos mais diversos pontos, mas não poderia, com certeza, responder de uma só vez. Rematou, garantindo ao Senhor Deputado que se ele encontrasse uma solução para dar essa resposta, a Câmara Municipal de Anadia tinha dinheiro para essas obras todas, por ser uma Câmara sustentável.-----

----- A concluir, e sobre o problema apontado pelo Senhor Deputado no Cineteatro, reconheceu ser verdade, até porque toda a gente que lá vai verifica que à entrada existe um problema. Mas adiantou que o mesmo não poderia ser corrigido pela Câmara Municipal, por não ter a garantia da legalidade de utilização de dinheiro público que não deveria ser utilizado. Portanto, disse que teria de seguir a tramitação e mesmo a finalizar, deu a conhecer ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal actualmente para fazer uma obra, o que demora mais tempo é a preparação em termos de tramitações, desde o projecto, à aprovação do projecto, aos pareceres ao projecto.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado recordou que o Senhor Presidente, certamente por lapso, não tinha respondido à questão da avaliação dos terrenos e do respectivo negócio de permuta com a Parque Escolar.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, passou a abordar uma outra questão, relativamente a uma actividade que disse considerar que o Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de Autoridade Municipal de Protecção Civil no Concelho de Anadia, certamente lhe saberia responder, e que se prendia com o facto de em Anadia não existir Plano Municipal de Protecção Civil, desde, pelo menos, dois mil e oito e, conseqüentemente, não ter também o respectivo Comandante. O Senhor Deputado considerou, assim, tratar-se de uma situação bastante grave para o Município de Anadia, pelo que esperava que fossem tomadas medidas para fazer face às circunstâncias de emergência que pudessem existir.-----

----- Acrescentou, ainda, que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara o esclarecesse relativamente a esse assunto, atendendo a que, ao último requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do CDS, o Senhor Presidente da Câmara tinha vindo precisamente responder que não havia Plano Municipal de Protecção Civil, e só no próximo trimestre, quando já deveria estar elaborado desde dois mil e oito.-----

----- Portanto, disse que o Senhor Presidente da Câmara se teria de explicar quanto a essa situação gravíssima, tanto para as forças de segurança no concelho, como para os próprios Bombeiros Voluntários, que inclusivamente, por intermédio do Senhor Comandante, já tinham vindo exprimir, na respectiva Comissão de Protecção Civil, que tinham dúvidas quanto a todo esse processo.-----

----- A concluir, recordou que o Senhor Presidente, também na sua resposta ao requerimento do Grupo Municipal do CDS, vinha inclusivamente dizer que efectivamente também ainda não existia Comandante, quando competia ao Senhor Presidente nomeá-lo. Como tal, e não existindo Comandante durante todo este período, o Senhor Deputado concluiu que o Senhor Presidente da Câmara teria que dar uma explicação à Assembleia Municipal sobre o que se passou e como o processo iria decorrer daí para a frente.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular tinha entregue um requerimento sobre as questões que tinham acabado de ser levantadas, pelo que no caso de o Senhor Presidente da Câmara responder às mesmas, retiraria o requerimento. Prontamente, passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por confirmar que já tinha dado resposta ao requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular relativamente à questão da protecção civil. No entanto, referiu que não existia Comandante Operacional, ressalvando que não era o dos Bombeiros, porque ainda não existia Plano, mas adiantou que, como constava da resposta dada ao referido Grupo Municipal, o Plano iria ser aprovado, de acordo com a legislação, atempadamente. Portanto, reforçou o facto de o Comandante não poder existir sem o Plano ser aprovado.-----

----- Revelou, entretanto, ter algumas dúvidas, e não ter inclusivamente pressa, na medida em



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tudo estava em constante mudança, quer os nomes, quer as pessoas. Nessa conformidade, disse estar convencido de que aquela situação ainda iria mudar, por se tratar, também, de mais uma despesa para a Câmara Municipal, a do tal Comandante, ainda que uma parte seja paga pelo Estado e a outra parte pela Câmara Municipal. Mas, acrescentou, que como o Estado entretanto criado não vai pagar nada a ninguém, e estará provavelmente à espera que a Câmara pague, adiantou que a Câmara Municipal só pagará quando o Estado pagar, mantendo-se, portanto, atenta e a desenvolver o projecto.-----

----- Voltou a referir ter sido essa a resposta que foi dada ao Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e ser exactamente isso que a Câmara Municipal irá fazer. Mas, como tinha declarado, ficará a aguardar pela decisão superior sobre Protecção Civil que, como todos saberiam, estava em pleno desenvolvimento, com novo Ministro e novas situações. Portanto, reafirmou que a Câmara Municipal iria aguardar, e disse ao Senhor Presidente da Assembleia que poderia manter o requerimento, que a Câmara Municipal iria responder da mesma maneira ou, havendo alterações, de forma diferente.-----

----- Sobre os terrenos negociados com a Parque Escolar, lembrou que tinha autorização concedida pela Assembleia Municipal para negociar e explicou que os terrenos tinham sido negociados com o Património do Estado, actualmente da responsabilidade do Secretário de Estado do Tesouro, que tinha normas diferentes. Entretanto, deu-se por satisfeito com o facto de a Escola Básica e Secundária estar a ser construída pela Parque Escolar, e de os Senhores Deputados entenderem dar autorização ao Presidente da Câmara para negociar, porque, de outra forma, a obra nunca teria avançado por falta de terrenos. Assim, tinham a Escola dos segundo e terceiro ciclo e secundário em plena execução.-----

----- Portanto, disse que tudo estava a decorrer como deveria e que Anadia iria ter escola. Não deixou de esclarecer o Senhor Deputado Sidónio Simões que os terrenos estavam a ser negociados, estando a ser feitas as respectivas avaliações, para, a seu tempo, apesar de também não saber quando, ser efectuada a escritura pública.-----

----- Aproveitou, também, a oportunidade para dizer ao Senhor Deputado João Morais que não havia qualquer problema, mas que se mantinha numa ansiedade, porque precisamente naquele dia, em ligação com o Instituto de Desporto de Portugal, que também iria mudar de nome, lhe tinham dito que tudo o que haviam tratado com Anadia seria para cumprir, ainda que não tivessem definido bem a data.-----

----- Dirigindo-se novamente ao Senhor Deputado André Henriques, declarou-se eufórico, não pelo facto de o leitão ter sido considerado uma das sete maravilhas gastronómicas, mas pelo facto de Anadia ter realmente hoje uma situação em que pode garantir aos seus Presidentes de Junta que o projecto de quatro anos será efectivamente cumprido, porque finalmente estava uma pequena fileira financeira a cair nos cofres da Câmara. Mas também lhe disse que embora fosse presentemente o actual Governo que tivesse de pagar, o que tinha vindo até então eram verbas europeias, porque a parte que cabia ao Estado não tinha ainda sido dada pelo anterior



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nem pelo actual. Não obstante, referiu que o Governo teria mesmo de cumprir a sua parte, porque os documentos estavam devidamente acordados e assinados.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Na sua segunda intervenção naquele período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Deputado começou por esclarecer que quando falou na questão da Comissão Nacional de Protecção de Dados era só para a Câmara estar de sobreaviso por se tratar de um processo muito moroso, dando o exemplo do Porto que, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal saberia, tinha estado quase dois anos a aguardar a autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados.-----

----- Já quanto ao processo que por acaso tinha liderado em Coimbra, da videovigilância da baixa, referiu que tinha sido muito rápido porque havia alguma interacção com o Secretário de Estado da Administração Interna da altura, mas, mesmo assim, não deixou de demorar oito meses. Concluiu o assunto, reforçando que só tinha feito o alerta para que a obra não fosse concluída e depois o equipamento lá ficasse em prejuízo.-----

----- Depois, referiu que o Senhor Presidente falava tão mal do Governo, mas não se podia esquecer de que a linha do BEI tinha sido negociada pelo Governo, porque, como saberia, o BEI não negociava directamente. O bolo global do dinheiro do BEI tinha sido negociado pelo Governo, rematou.-----

----- Em relação à resposta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dado ao seu colega Deputado do Grupo Municipal do PS, adiantou que a Câmara Municipal tem todos os mecanismos para obrigar o empreiteiro. Como o Senhor Presidente saberia, enquanto a obra estiver em garantia, e isso era da legislação, se a Câmara Municipal notificar o empreiteiro e lhe conceder um prazo para ele executar a obra e ele não executar, só teria de accionar a garantia bancária. Para tal, bastaria consultar um empreiteiro qualquer, ter um preço e entregar ao banco e o banco teria de lhe disponibilizar o dinheiro de imediato. No entanto, disse que era preciso que isso fosse feito, porque se as garantias bancárias nunca forem accionadas, os empreiteiros iam deixando rodar, como era lógico, porque se puderem fazer a reparação só daí a cinco anos, não a fariam agora. A finalizar, voltou a dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha todos os mecanismos porque a lei tinha todos os mecanismos.-----

----- Dando continuidade ao período de discussão do ponto um da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por reconhecer que o trabalho de limpeza que a Câmara Municipal andou a fazer na Zona Industrial do Paraimo, a Nascente e a Poente (paralela à propriedade da Cerfrit), estava efectivamente bem feito. Mas, entretanto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se junto ao depósito de gás da empresa Vei-Gás (onde as silvas já estão



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a subir pela rede), bem como junto ao armazém de recolha de pneus da Savipneus, do lado sul, e nos camiões, a Câmara também iria limpar.-----

----- O Senhor Deputado lembrou, também, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de que o tinha interrogado há três meses atrás, numa anterior sessão da Assembleia Municipal, sobre os passeios de Sangalhos, adiantando, desde logo, que no projecto inicial estava previsto construir passeios desde a rotunda de Sá até ao limite do concelho de Oliveira do Bairro. Assim, e como a resposta dada pelo Senhor Presidente há um ano, tinha sido no sentido de que iria realizar a segunda fase, então o Senhor Deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando previa iniciar essa segunda fase, na medida em que os passeios junto ao estabelecimento do Senhor Virgílio Moreira estão intransitáveis. A terminar, reforçou a pergunta sobre quando o empreiteiro retomaria a requalificação do passeio.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que se encontrava praticamente esgotado o tempo de discussão global do primeiro ponto da ordem de trabalhos, pelo que iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradecia que fosse breve na sua intervenção e, de imediato, daria o ponto um por encerrado pelo motivo aduzido.-

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, começou por dizer que relativamente aos empréstimos BEI, a Europa anda atenta, empresta com garantias, e se iria emprestar à Câmara Municipal de Anadia, seria porque o Estado lhe teria dado essa garantia. No entanto, também destacou o facto de não dar a todos, porque a diferença estava em que uns pagavam e outros não e, nesse sentido, sublinhou que deu a garantia à Câmara Municipal de Anadia porque ela paga.-----

----- Passando a falar da questão da garantia bancária sobre as obras, reconheceu efectivamente que poderia accionar a garantia bancária quando as pessoas não fazem. Ainda assim, também referiu que não se tratava de uma questão assim tão simples, porque se estivesse em questão trabalhos de grande monta, teria inclusivamente de realizar uma empreitada.-----

----- Ainda sobre a matéria, referiu que o anterior Governo, e o actual, também, até permite a realização de concursos urgentes, só que chegada altura, reprova todos os concursos urgentes da Câmara de Anadia, não sabe bem por quê. No entanto, disse esperar que o novo Governo faça essa deferência, que permita concursos urgentes à Câmara de Anadia, e então assim a Câmara Municipal poderá accionar as garantias bancárias e os empreiteiros, ou fazem imediatamente os trabalhos de correcção, ou a Câmara Municipal faz o tal concurso urgente, consoante os montantes em causa, porque por vezes poderá ser feito um simples ajuste directo.-----

----- A terminar, e relativamente à interpelação feita pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, disse ao Senhor Presidente da Assembleia que gostaria de responder,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas não pretendia responder por achar que o assunto não se enquadrava no ponto que estava a ser discutido, ressalvando, no entanto, que como Presidente da Câmara não tinha o direito de decidi.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e uma vez esgotado o tempo para discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea e) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA*".-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente começou por referir tratar-se de uma situação que decorre da lei, pelo que a Câmara Municipal não poderia ir além disso, também porque, a ir além, como saberiam, seria ir contra os munícipes, por ser uma taxa aplicada de forma indirecta aos munícipes. Considerou, mesmo, tratar-se de mais uma lei penalizante do cidadão comum e proprietário da terra em termos de utilização de telecomunicações, comunicações, etc.-----

----- Assim, referiu que a Câmara Municipal cumpre a lei, e mesmo tratando-se de uma taxa mínima, embora injusta, a verdade era que teria de a aprovar, pelo que submetia o assunto à consideração dos Senhores Deputados por nada mais ter a explicar.-----

----- Concluída a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vendo qualquer solicitação para intervir no âmbito da discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.-----

----- Finda a votação do ponto dois da ordem do dia, e estando a faltar à sessão apenas o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Andrade, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, a Assembleia Municipal aprovara a proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto três da mesma, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para emissão de declaração de reconhecimento de relevante interesse público municipal das instalações existentes – recinto desportivo, balneários e muros de vedação – do Académico de Avelãs de Cima, nos termos conjugados das alíneas q) e r) do n.º 1, com a alínea b) do n.º 3, ambos do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com vista à instrução de procedimento relativo a acção de relevante interesse público*".-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de uma solução que vem sendo adoptada para ultrapassar a utilização da Reserva Ecológica através de espaços públicos. No entanto, referiu que a lei define que quando o interesse público municipal possa ser invocado, naturalmente que aquela seria a forma mais expedita para a legalização das obras em questão. Acrescentou, ainda, que no caso em apreço se tratava de obras que à altura do Plano Director Municipal existiam, talvez em menor dimensão, e que se desenvolveram e não foram mencionadas no Plano Director actual, logo, não se encontravam legalizadas.-----

----- Assim, disse que era necessário legalizá-las, pelo que aquela seria a única forma que teriam, para evitar uma revisão do Plano Director, como a que estava em curso, que demoraria algum tempo. Sublinhou, ainda, ser aquela a mais expedita e que pode ter efeitos imediato, bastando, para tal a Assembleia Municipal reconhecer o interesse público municipal do referido espaço, que existe. Referiu, também, não pensar que alguém tivesse coragem de dizer para demolir as construções existentes e, conseqüentemente, para o clube ir praticar desporto ou cultura para outro lado qualquer.-----

----- Portanto, considerou que o que estava a ser proposto não traria qualquer problema em termos de consciencialização por parte de quem iria votar, a não ser, naturalmente, a necessidade que o Académico de Avelãs de Cima tinha em resolver os seus problemas. Antes de terminar, adiantou que existiam alguns casos semelhantes, como na Moita, em Carvalhais, que também poderia ser resolvido da mesma forma, ou com a revisão do PDM.-----

----- Em conclusão, disse que conforme ia sendo solicitado à Câmara Municipal, é sua obrigação reunir em sede de Executivo, dizer se concordavam com aquela forma de utilização de espaço, e remeter o assunto à Assembleia Municipal para decidir. Como tinha sido essa o procedimento seguido pela Câmara Municipal, considerou haver toda a razão para a Assembleia aprovar aquele pedido do Académico de Avelãs de Cima.-----

----- Decorrida a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado avançou que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular iria votar desfavoravelmente e acrescentou que a justificação estava clara no ponto seis da acta que tinham votado naquela sessão, a acta número duzentos e oitenta e um, de trinta de Abril de dois mil e onze. Referiu, assim, que aquela questão surgia de certeza na sequência disso, recordando que o IGAOT já tinha chamado e ainda por cima chamava a atenção da CCDR-DRH para o facto de que não devia legalizar estas situações.-----

----- O Senhor Deputado disse tratar-se de uma questão tão grave, porque estavam a falar, e a própria carta da Câmara o dizia, num leito de um curso de água, numa área de infiltração máxima, e adiantou, desde logo, que em termos de planeamento não concordava nada com



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equipamentos nas traseiras. E disse mesmo que o Senhor Presidente da Câmara de certeza que não gostaria de fazer um equipamento com alguma imponência, alguma qualidade, ou que sirva as pessoas, nas traseiras.-----

----- Considerou, ainda, que os equipamentos, na sua perspectiva, devem estar em zonas nobres. Em jeito de exemplo, apontou os casos, ou melhor, os locais onde se encontram implementados o Cineteatro, as Piscinas e o Pavilhão de Sangalhos, que foram escolhidos pela sua visibilidade, locais que mostram que foi feita obra. E como tal, referiu que lha parecia esquisito colocar aquele equipamento numas traseiras, ainda por cima, quase sem acesso.-----

----- Depois, também reforçou o facto de se encontrar mesmo em cima da linha de água, estando mesmo a um metro da linha de água, de acordo com a própria cartografia da Câmara, portanto, no leito de cheia. A concluir, referiu que se continuarem a fazer aquilo, na altura das chuvadas, terão inundações pela certa, e depois andarão a correr atrás da água que entra em casa. Portanto, considerou que deveriam ter mais cuidado e só por isso os Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular iriam votar contra.-----

----- Seguidamente à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- Assim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que independentemente do sentido de voto do Senhor Deputado Sidónio Simões, tinha que lhe dizer que as pessoas de Avelãs de Cima é que ficariam, ou não, aflitas com a água. Já quanto à preocupação do Senhor Deputado, disse que ele não usava dessa preocupação nos processos e projectos que tinha feito para pessoas, porque tinha feito alguns projectos para infra-estruturas privadas que não olhavam a essas situações.-----

----- Disse, então, para o Senhor Deputado não estar preocupado, porque os outros Senhores Deputados votariam a favor, por serem a favor do desenvolvimento. E acrescentou que por situações como aquela é que o Município tinha o Plano Director que tinha, com inúmeras condicionantes em diversos pontos do concelho onde não era permitida construção. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Sidónio Simões, disse que quando se fala de ordenamento do território, o Senhor Deputado deveria fugir para evitar problemas quando lhe aparecessem os municípios.---

----- Entretanto, esclareceu que tinha pedido para intervir para que as pessoas de Avelãs de Cima ficassem a saber que os Senhores Deputados do CDS eram bem organizados a defender uma linha de água, quando logo abaixo existia uma manilha de cinquenta de diâmetro que levava toda a água e o muro que estava a cinco ou seis, ou até dez metros da linha de água, quantas manilhas dessa dimensão lá caberiam.-----

----- Assim, disse ao Senhor Deputado que o concelho de Anadia vive de situações objectivas no terreno, não vive de hipocrisias de Planos Directores feitos por ele próprio e por outros, acrescentando que existem linhas de água onde correspondem a cumes, que os técnicos chamam cumeeiras, o que disse ser lamentável.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referindo-se ao local do ponto em discussão, disse que lá não existe linha de água alguma que justifique a demolição de uma obra. E aproveitou para dar a conhecer a decisão de um Tribunal relativamente a um projecto que o Senhor Deputado tinha feito para uma zona proibida de um Plano Director que ele próprio construiu. Mas sobre essa questão, disse que falaria numa próxima oportunidade, por se tratar de um assunto que não constava da ordem de trabalhos, e por respeito, porque também não tinha respondido ao Senhor Deputado João Morais.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. O Senhor Deputado começou por sublinhar o facto de o Senhor Presidente da Câmara ter por hábito consecutivamente atacá-lo, o que disse que até lhe dava alguma piada porque o Senhor Presidente enervava-se e depois começava a falar muito alto e perdia-se.-----

----- Referiu, entretanto, que a haver hipocrisia no Plano Director que a Câmara de Anadia tinha, a culpa era só do Senhor Presidente da Câmara, porque estava na Câmara Municipal há mais de doze anos e ainda não tinha conseguido alterar o Plano Director.-----

----- Em relação ao projecto que o Senhor Presidente tinha dito ser da sua autoria, o Senhor Deputado esclareceu que simplesmente tinha aconselhado o proprietário a não fazer, porque quando o tinha ido consultar, o que ele lhe tinha dito era que tinha autorização do Senhor Presidente da Câmara. Perante essa resposta, garantiu que tinha tentado demover o proprietário porque iria fazer asneira. E, para tanto, disse que o Senhor Presidente da Câmara poderia ver quem tinha assinado o projecto, quem o tinha feito o projecto.-----

----- A terminar, não deixou de referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao levantar aquelas questões, deveria ter algum cuidado, porque tinha autorizado a maior parte dos técnicos da Câmara Municipal a trabalhar, que já não era a primeira obra em que ele os apanhava, três técnicos da Câmara, um a projectar, outro a fiscalizar e o outro a fazer as especialidades. Para além das obras, dando o exemplo da obra do Pele, finalizando a dizer ao Senhor Presidente da Câmara que sabia quem a tinha feito e de quem era o projecto do Pele.---

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, não deixando, no entanto, de reconhecer que o assunto em discussão não constava da ordem de trabalhos, pelo que os Senhores Presidente da Câmara e Deputado Municipal estavam a utilizar os seus tempos de forma indevida.-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a questão era simples, confundiam técnicos da Câmara Municipal e afirmou que o Senhor Deputado Sidónio Simões estava habituado a isso e habituou outros a isso, pelo que eles ainda hoje provavelmente continuavam a fazer isso.-----

----- Continuando, referiu que o Senhor Deputado, que ainda era funcionário da Câmara de Anadia, continuava a dizer não tinha assinado qualquer projecto e, então, acusava o Presidente da Câmara de ter autorizado. Então, perguntou ao Senhor Deputado se tinha visto alguma



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assinatura sua. Não tinha visto, rematou.-----
----- Acrescentou, então que o problema residia no facto de as pessoas quererem ganhar dinheiro e reconheceu que provavelmente também não teria controlo, porque todos eles têm gabinete próprio e assinam os projectos para entregar noutras Câmaras, como os de outras Câmaras assinam projectos para apresentar na Câmara Municipal de Anadia.-----
----- Sobre o Plano Director Municipal, disse não estar ainda resolvido, não pela parte da Câmara, mas porque aparecem as fotografias de uns indivíduos em determinados sítios a dar declarações da existência de mil casas clandestinas, palavras que se encontram na comunicação social. Entretanto, lembrou o convite que tinha feito ao Senhor Deputado para voltar a trabalhar para a Câmara Municipal de Anadia porque, com tanta eficácia, e uma vez que a Câmara quer legalidade, seria um grande prejuízo para a Câmara Municipal, e para os munícipes de Anadia.--
----- Quanto a acusar o Presidente da Câmara de que tinha autorizado, com base nas afirmações de outra pessoa, disse que o Senhor Deputado, sendo uma pessoa tão legalista, não se tinha preocupado em pedir para lhe mostrarem o papel com a autorização. Para terminar, voltou a referir que a empresa do Senhor Deputado tinha feito o projecto e mais, como não estava conveniente, ainda tinha feito alterações ao projecto, e lembrou que poderia haver acareações que a Assembleia Municipal tinha o direito de chamar os munícipes para acarear.----
----- Uma vez concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a referir que aquele assunto não fazia parte da agenda nem da discussão que estava a decorrer sobre o ponto três da ordem do dia.-----
----- Entretanto, deu por encerrado o período de discussão do ponto três da ordem do dia e retomou a votação que tinha tentado iniciar, no momento em que foi interrompida, relativamente a esse ponto três.-----
----- Submetido a votação o ponto três da ordem de trabalhos, e estando a faltar os Senhores Deputados, Rui Marinha e César Andrade, respectivamente dos Grupos Municipais do PS e do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com trinta e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado do GM da CDU e dos Senhores Deputados do GM do PS, zero abstenções e dois votos contra, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal para emissão de declaração de reconhecimento de relevante interesse público municipal das instalações existentes – recinto desportivo, balneários e muros de vedação – do Académico de Avelãs de Cima, nos termos conjugados das alíneas q) e r) do n.º 1, com a alínea b) do n.º 3, ambos do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com vista à instrução de procedimento relativo a acção de relevante interesse público.-----
----- Decorrida a votação, e anunciado o seu resultado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----
----- De imediato, deu também por encerrado o período da ordem do dia e passou ao período



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de intervenção do público.-----
----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, anunciou que, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA, não iria haver intervenção do público naquela sessão ordinária de trinta de Setembro de dois mil e onze.-----
----- Sobre essa questão, aproveitou para registar que a ausência de público nas sessões da Assembleia Municipal, afinal, nada tem a ver com o horário das mesmas.-----
----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, para aprovação em minuta dos pontos dois e três da ordem do dia, para produzirem efeitos de imediato.-----
----- Depois de submeter à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois e três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e dois votos a favor, zero abstenções e zero votos contra, adiantando que para além dos dois Senhores Deputados que se encontravam em falta, tinham-se igualmente ausentado os Senhores Deputados João Morais, do Grupo Municipal da CDU, e Henrique Lameirinhas, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----
----- Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária, quando eram vinte horas e vinte e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -